

## **Programa de Governo**

**Prefeito Clécio Luis 50 Vice Allan Sales**

**Eleições 2012 – Prefeitura Municipal de Macapá**

## 1 Introdução

O presente Programa de Governo contempla os compromissos básicos de Clécio Luis e Allan Sales para transformar Macapá na cidade que queremos para nós e nossos filhos viverem. Este documento não está finalizado, antes pelo contrário, a versão ora apresentada é a primeira proposta para discussão, estando em pleno processo de construção coletiva por aqueles que acreditam que nossa capital merece ser mais do que é hoje.

É a partir deste primeiro “esboço” que milhares de pessoas poderão contribuir pessoalmente nas reuniões, plenárias e atividades na campanha para a prefeitura de Macapá, ou ainda terão a oportunidade de sugerir aperfeiçoamentos de maneira virtual, no site do candidato. Trata-se de um projeto em permanente processo de elaboração democrática, já antecipando a ideia de alçar o povo ao posto de comando da política no futuro governo Clécio e Allan.

E o momento não poderia ser mais adequado para se propor uma nova forma de governar Macapá. Nossa capital se encontra estagnada por sucessivas gestões ineficientes; está ainda abalada pelos escândalos de desvios de recursos públicos, que encarcerou os dois últimos mandatários municipais em ações da Polícia Federal e não suporta mais o domínio de oligarquias políticas que se alternam no poder. O povo de Macapá exige que seu prefeito seja honesto, competente, trabalhador e independente: é isso que representa a candidatura de Clécio Luis a prefeito pelo PSOL, em chapa complementada por Allan Sales do PPS e ampla coligação de partidos que coadunam do mesmo sonho: PV – PARTIDO VERDE, PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO, PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO e PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL; e proporcionais com os partidos PV – PARTIDO VERDE, PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO, PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO e PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL.

Este Programa de Governo é alicerçado em seis diretrizes programáticas que definem os princípios que o norteiam e perpassam por sete eixos de desenvolvimento, conforme os grandes temas e desafios a serem enfrentados por Macapá são eles:

**Diretrizes:** 1. Por um socialismo do século XXI; 2. O povo no comando; 3. Mais que um mero zelador da cidade; 4. Macapá sem obstáculos; 5. Ambiente propício às oportunidades e 6. Macapá Bonita, Humana e Ecológica.

**Eixos Desenvolvimento:** 1- Desenvolvimento urbano; 2- Desenvolvimento social; 3- Desenvolvimento econômico; 4- Desenvolvimento da gestão; 5- Desenvolvimento ambiental; 6 Desenvolvimento humano e 7- Desenvolvimento desconcentrado

Este é o primeiro passo para entregar a cidade nas mãos do povo e você é convidado a construir esta história.

## **2 Diretrizes Programáticas**

Para se conceber a Macapá que queremos, é necessário alicerçar este Programa de Governo Clécio-50 em princípios básicos, diretrizes que nortearão todas as ações do governo e perpassarão pelo conjunto das políticas públicas a serem implementadas nos quatro anos de governo na Prefeitura Municipal de Macapá.

### **2.1 Por um socialismo do século XXI**

O ideal de uma sociedade justa e equânime, idealizado pelo socialismo não morreu. Pelo contrário, as sucessivas crises que o capitalismo global atravessa, inclusive nos países ricos, ceifando empregos e condenando gerações a condições de vida subumanas, só reforça nossa convicção de que é necessária a construção de um socialismo no século XXI, com respeito às individualidades, à liberdade e à dignidade humana.

Os avanços tecnológicos e com o aprendizado da trajetória histórica acumulada permite vislumbrar para além do capitalismo uma sociedade melhor que a atual, que apesar de gerar imensa riqueza, por meio da exploração da força de trabalho, cria um estado de segregação socioespacial que retira a oportunidade de muitos terem uma vida melhor, esta é apropriada por poucos, enquanto à maioria são negados direitos humanos fundamentais como à moradia decente, à saúde, à educação, ao saneamento básico e à alimentação adequada.

### **2.2 O povo no comando**

O povo no comando representa um passo além da necessária transparência do dinheiro público. É um estágio superior de democracia que começa com um amplo processo de Planejamento Participativo, mas não se encerra neste. O que se pretende é qualificar e instrumentalizar a sociedade por meio de suas entidades representativas, respeitando suas autonomias, dotando-as de condições reais para acompanhar e controlar as ações da prefeitura e a aplicação dos recursos do povo de Macapá. Somente com um controle popular amplo e irrestrito se assegura a lisura e garante os resultados esperados.

### **2.3 Mais que um mero zelador da cidade**

Este princípio propugna gestão competente e criativa, combinando as soluções dos problemas de hoje com a visão de futuro. Grande parte dos problemas de Macapá pode ser resolvida superando o estado de incompetência atual e modernizando a gestão municipal. Eficiência e eficácia para o gerenciamento de seus programas e projetos, por meio de qualificação e valorização dos funcionários e modernização da máquina administrativa. Tal postura de governo se traduzirá em melhores serviços prestados e em atendimento digno à população.

Entretanto, mais do que apenas ajustar a máquina administrativa e qualificar os funcionários, o prefeito e sua equipe devem pensar estrategicamente na Macapá que se pretende para o futuro a médio e longo prazo, superando a mera resolução dos problemas pontuais com criatividade e ousadia.

## **2.4 Macapá sem obstáculos**

Movimentar-se por Macapá é como participar de uma corrida de obstáculos: ausência ou inadequação de calçadas; reduzida acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, etc, inexistência de ciclovias; vias esburacadas ou não pavimentadas; transporte público de péssima qualidade; lentidão no tráfego, dentre outras mazelas.

Por isso, os princípios básicos a serem perseguidos na acessibilidade é: segurança e autonomia para todos, ou seja: acessibilidade geral. Uma cidade que não é acessível para pessoas com deficiência, não é acessível para ninguém.

Um dos princípios norteadores da gestão Clécio e Allan será a de eliminar os gargalos de mobilidade urbana, promover a plena acessibilidade e inverter a lógica de privilégio aos automóveis, dando a devida atenção e respeito às necessidades de pedestres, cadeirantes, deficientes visuais, ciclistas e usuários de transporte público coletivo.

## **2.5 Ambiente propício às oportunidades**

O espírito empreendedor está presente na população de Macapá, mas este não consegue potencializar esta vocação pelas imensas dificuldades burocráticas e total ausência de apoio à atividade produtiva. Com isso o que se vê são os elevados índices de desemprego na capital do estado.

Como diretriz do governo na Prefeitura de Macapá propomos criar um ambiente favorável aos negócios, fortalecendo a livre iniciativa e induzindo o empreendedorismo por meio de incentivos fiscais; desburocratização; estímulo ao associativismo; apoio aos empreendedores populares; ao empreendedorismo individual, à economia solidária; atuando, com planejamento urbano, em pontos estratégicos da cidade como o Mercado Central, palco histórico e estratégico para a cultura e economia locais. Este princípio norteador proporcionará oportunidades de trabalho e renda no município.

## **2.6 Macapá Bonita, Humana e Ecológica**

Macapá é bela por natureza: Rio Amazonas, Linha do Equador, Curiaú, Fazendinha, Lagoa dos Índios, região do rio Pedreira, do rio Pacuí, etc. No entanto, a generosidade da natureza acaba desaparecendo diante do total descaso para com a cidade. Assim, seus equipamentos urbanos estão deteriorados, as praças abandonadas, os logradouros públicos sem limpeza, as posturas inadequadas, os prédios históricos em situação precária, carência de iluminação, dentre outros, que acabam por tornar feia a Macapá que poderia ser a cidade mais bonita da Amazônia.

Macapá possui uma história rica que precisa ser contada e apreendida por seus moradores para que estes se deem conta da importância que nossa Cidade já teve para a Região, e ora tem que voltar a ter! Macapá não pode ter sua cultura apagada, valorizar a cidade é valorizar o nosso povo e para isso criar e recriar os espaços existentes em Macapá de modo a abrigar as manifestações culturais de nossa terra. Criar espaços onde as famílias possam levar seus filhos, que sejam belos e educadores, Uma cidade que não possui gente na rua está prestes a padecer, cuidado com as praças e logradouros públicos; apoio a eventos de conagração e

demais ações que transformem nossa cidade em um lugar mais humano e com melhor qualidade de vida é meta do mandato popular de Clécio e Allan.

A cidade precisa oferecer aos seus moradores programas e espaços dedicados à prática de esportes em todos os bairros, com monitoramento de profissionais preparados e a manutenção constante dos equipamentos de suporte. O esporte e a cultura devem ser as principais vias de inclusão de crianças e jovens num conceito de vida mais saudável, lúdica e livre do assédio das drogas e da violência.

Bonita, humana e ambientalmente sustentável: esta é a Macapá de nossos sonhos. Todas as ações da prefeitura considerarão a questão ambiental, em especial a política de coleta e tratamento de lixo; a limpeza e o cuidado das vias e praças públicas; a arborização da cidade e conscientização do papel ambiental que cada cidadão deve exercer.

### **3 A Macapá na qual vivemos**

#### **3.1 A face da injustiça social de Macapá**

Em uma área de 6,5 mil Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 4,5% do total do Estado, vive uma população de aproximadamente 400 mil pessoas, ou 60% dos habitantes do Amapá. O município possui nove Distritos Administrativos: Macapá (sede), Fazendinha, Carapanatuba, Pedreira, Bailique, Maruanum, São Joaquim do Pacuí, Santa Luzia do Pacuí e Coração.

A taxa de crescimento populacional de Macapá é bem superior à média geral do Brasil e tal fato é decorrente do expressivo fluxo migratório para a capital. Segundo o Censo 2010, mais de 127 mil moradores de Macapá (32% do total) é natural de outros Estados da federação.

A população de Macapá é essencialmente urbana, acima de 95% de seus moradores moram em núcleos urbanos. Esta informação, quando comparada com a significativa expansão demográfica citada, leva a uma situação de pressão sobre os equipamentos coletivos da cidade e de ocupação desordenada em áreas vulneráveis, como as ressacas.

Grande parcela de moradores de Macapá vive em condições de moradia inadequadas, denominadas “aglomerados urbanos subnormais”, que engloba locais como “favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros”. Este conceito, apesar de surgido no final da década de 1980, é mais adequado de se utilizar ao invés do termo “déficit habitacional”, uma vez que se compreende que o problema habitacional não se trata meramente de um problema de falta de estoque de “unidades habitacionais”, mas sim uma questão de demanda por cidade, isto é, a negação do direito à cidade que sofre a população de baixa renda das cidades brasileiras.

Macapá tem 63 mil pessoas habitando as vinte quatro ressacas identificadas em seus limites, o que corresponde a 16,1% da população da capital, muito acima da média nacional que é de 6% da população vivendo em locais inadequados, o que torna nossa capital uma das cidades com maior proporção de domicílios localizados em áreas inadequadas para moradia.

Tal situação de precariedade também se reflete na ausência de infraestrutura básica da cidade (saneamento, pavimentação, calçadas, etc.). Segundo a revista “Exame”, das 81 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes, Macapá é a 71ª colocada no ranking da qualidade de infraestrutura.

Quando analisado os aspectos sociais de Macapá observam-se as mais diversas carências, em especial no atendimento básico da saúde pública, na capacidade de oferecer educação de qualidade às crianças e adolescentes, bem como na promoção da inserção social das pessoas mais carentes, que se veem desassistidas pelo poder público municipal.

Esta situação pode ser bem retratada pelo IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal). Em 2008, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAM, lançou esse índice-síntese de qualificação da situação social de todos os municípios brasileiros. O índice é construído a partir de indicadores municipais de base anual de Renda, Saúde e Educação, a partir dos quais se

elabora o índice geral, do tipo IDH (índice de Desenvolvimento Humano), com escala de 0,000 a 1,000, sendo que, quanto maior o índice, melhor a situação do município.

Na última publicação, Macapá obteve o índice de 0,6991, o que a coloca na 25ª colocação (antepenúltima) dentre as capitais do país e 1.504º lugar dentre todos os municípios do país, uma posição nada honrosa.

Boa parte deste quadro precário em termos sociais advém da incapacidade financeira da gestão municipal, que poderia ter uma arrecadação bem superior, pois atualmente, dos aproximadamente R\$ 500 milhões de receitas anuais da PMM, apenas 10% são próprias, sendo o restante coberto por transferências de outras esferas de governo, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que responde por cerca de 50% de todos os recursos da prefeitura.

Realizamos uma pesquisa no portal da internet da Secretaria do Tesouro Nacional, e comparamos as arrecadações do ano de 2010 dos dois principais impostos de competência municipal – o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos municípios do Brasil com população compreendida entre 300 e 800 mil habitantes, que somam 58 cidades.

A colocação de Macapá em relação ao IPTU foi a de 57ª, cujas receitas de R\$ 4,3 milhões no tributo o mantém apenas à frente apenas do município de Caucaia, no estado do Ceará, que possui 325 mil habitantes. A média das 58 cidades pesquisadas é R\$ 48,8 milhões, dez vezes maior do que o IPTU arrecadado em Macapá.

Já com relação ao ISSQN, na mesma pesquisa, Macapá ficou na 49ª posição e sua arrecadação anual de R\$ 23 milhões é três vezes menor do que a média dos municípios semelhantes: R\$ 79 milhões. Estes indícios demonstram a irresponsabilidade com que é tratada a gestão dos recursos públicos da nossa capital.

De forma similar ao IFDM, já demonstrado neste documento, a FIRJAN também elaborou um número síntese para demonstrar a situação das finanças públicas municipais, o índice Firjan de Gestão Municipal – IFGM, que leva em conta cinco dimensões: 1- capacidade de arrecadação; 2- capacidade de investimentos; 3- gastos de pessoal (rigidez do orçamento); 4- grau de liquidez (uso de “restos a pagar” sem cobertura) e 5 – custo da dívida de longo prazo. Também é um número de 0,000 a 1,000 que quanto maior, melhor é a gestão fiscal do município, sendo: superior a 0,8- grau de excelência; entre 0,6 e 0,8- boa gestão fiscal; entre 0,4 e 0,6- gestão em dificuldade e resultado inferior a 0,4- gestão fiscal crítica.

Macapá também obteve classificação vergonhosa neste índice, com o IFGM de 0,4404, que é a penúltima colocada, a 25ª dentre as capitais do Brasil, número considerado “gestão fiscal e em dificuldade”, quase no limite de “gestão crítica”, que seria abaixo da 0,4. Este desempenho situa Macapá na 3.883ª colocação entre os municípios brasileiros. É importante salientar que tal índice não guarda relação com o nível de riqueza do município, uma vez que o primeiro lugar das capitais (e 12º geral) é ocupado por Porto Velho – RO, cidade parecida com Macapá em termos de população e desenvolvimento.

## 4 A Macapá que Queremos

Para transformar em realidade a “Macapá que queremos”, a qual começará a ser construída na gestão de Clécio Luis e Allan Sales, este Programa de Governo é estruturado em sete eixos de desenvolvimento: 1- Desenvolvimento urbano; 2- Desenvolvimento social; 3- Desenvolvimento econômico; 4- Desenvolvimento da gestão; 5- Desenvolvimento ambiental; 6- Desenvolvimento humano e 7- Desenvolvimento desconcentrado.

Nenhum dos eixos de desenvolvimento se sobrepõe a outro, e há diversos elementos que perpassam a dois ou mais eixos, bem como outras ações se caracterizam pela complementaridade de mais de um dos eixos de desenvolvimento propostos.

### 4.1 Desenvolvimento urbano

Este eixo de desenvolvimento compreende as questões urbanas de Macapá, englobando habitação, transporte público, trânsito, mobilidade urbana, acessibilidade, calçamentos, infraestrutura básica, posturas e ordenamento da cidade.

Os desafios neste campo são inúmeros e exigirão empenho e determinação do futuro prefeito para superá-los, como o imenso contingente de moradores vivendo em aglomerados urbanos subnormais; a segregação socioespacial, que reserva à população de baixa renda condições de moradia sem dignidade; o profundo desequilíbrio existente entre as condições do centro e da periferia da cidade de Macapá; os problemas burocráticos de regularização fundiária; os limites físicos e institucionais ao crescimento ordenado da cidade, como a ineficácia do Plano Diretor e a inexistência de planejamento urbano, dentre outros.

Dentre os compromissos básicos deste eixo a serem desenvolvidos na gestão de Clécio e Allan na Prefeitura de Macapá destacam-se

**Promoção da Reforma Urbana:** Garantir o Direito à Cidade significa resgatar a cidadania e a alto-estima do cidadão macapaense. Promover cidadania a partir da reforma urbana garantindo a participação popular no processo de tomadas de decisão por meio de amplos debates abertos à sociedade objetivando criar uma nova forma de se pensar e de se usar a cidade, *requalificação* e *readaptação* do espaço urbano por meio do incentivo às iniciativas populares são alguns dos tópicos de reivindicações do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e que também nortearão a gestão popular de Clécio 50. As boas iniciativas propostas nos “Seminários da Cidade” deverão ser atualizadas, assim como as experiências de êxito de outros municípios deverão ser adaptadas para a nossa realidade.

**Habitação com qualidade e dignidade:** Uma política habitacional efetiva deve priorizar outras formas de provisão da moradia sempre em articulação com o planejamento urbano, assim o modelo de provisão habitacional ora em vigência, prioriza apenas a construção de novas unidades habitacionais, sendo que Macapá possui um déficit essencialmente qualitativo e não quantitativo (cerca de 24 aglomerados subnormais com 63.771 pessoas vivendo em condições precárias). Propõe-se então uma gestão que compreenda a problemática de forma sistemática, através dos mutirões autogeridos, experiências nas quais são os próprios

moradores que administram todo o processo da construção de suas futuras moradias de forma cooperada, desde a fase da concepção dos projetos até a construção. Todo o processo recebe assessoria técnica fornecida pelo município prevista em Lei Federal (Lei nº 11.888 de 24/12/2008) e os materiais de construção são financiados também pelo município através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, além da regularização fundiária de acordo com a realidade de cada comunidade. Os projetos habitacionais da PMM serão necessariamente adequados às novas tecnologias ambientalmente sustentáveis, que aliam baixo custo e arquitetura adaptada às condições climáticas da região.

**Urbanização e recuperação das ressacas:** Para os moradores das ressacas e de outros aglomerados urbanos subnormais, será desenvolvido este programa que consiste em garantir equipamentos urbanos e melhorias de infraestrutura a partir do uso de tecnologias construtivas alternativas e sustentáveis para as localidades já consolidadas, ao mesmo tempo em que se assegurará proteção ambiental aos ecossistemas das ressacas a serem preservadas, fundamentais para o equilíbrio ecológico de Macapá.

**Política de municipal de mobilidade e acessibilidade urbanas:** Esta política deve embasar-se na Lei Federal que instituiu no início deste ano o Plano Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587 de 03/01/2012) e que traça metas objetivas para o planejamento e ações nos municípios. A mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano também são diretrizes da Reforma Urbana. Formas alternativas de transporte deverão ser prioridades para o planejamento da mobilidade na Cidade de Macapá. O incentivo ao uso de transporte ativo compõe o plano de mobilidade urbana, a organização se faz necessário como exemplos a seguir.

**Ciclovias e Ciclofaixas:** Em Macapá circulam mais de 100 mil bicicletas diariamente, disputando o mesmo espaço com automóveis, caminhões e ônibus, com ciclistas sujeitos a acidentes. No governo Clécio serão planejadas ciclovias para trânsito exclusivo de bicicletas e ciclo faixas nas principais ruas e avenidas de Macapá. O pedestre, o ciclista e o transporte público serão prioridades para a gestão de Clécio.

**Programa calçadas livres:** As calçadas também são condições para a mobilidade dentro do município. Por meio deste programa será realizada uma ampla transformação nas calçadas públicas de Macapá, proporcionando padronização, desobstrução e acessibilidade, inclusive para portadores de necessidades especiais (rampas adequadas), por meio dos pisos podotáteis (que permitem a circulação de deficientes visuais). Tal projeto se utilizará de recursos públicos, recursos de transferências e também por meio de deduções no IPTU para os cidadãos que padronizarem suas calçadas.

**Implantação do transporte hidroviário urbano:** Macapá não precisa dar as costas para as vias naturais da Amazônia que são os seus rios. O transporte hidroviário é uma realidade viável e possível através de licitações para concessões de serviço público de transporte hidroviário, da orla do Bairro Cidade Nova ao Distrito de Fazendinha, bem como em pontos chave da cidade, como Perpétuo Socorro, Canal do Jandiá, Canal das Pedrinhas, Igarapé da Fortaleza, Aturiá e

Santa Inês, proporcionando aos usuários transporte público rápido, agradável, confortável e barato.

**Valorização dos Espaços Públicos:** Há muito não se constrói e nem são cuidados os equipamentos urbanos comunitários e nem espaços públicos, como as praças e parques municipais. Um exemplo que bem demonstra este descaso é o parque zoo-botânico, fechado há mais de uma década. Assim, as praças acabam sendo locais de repulsão ao invés de atrair as famílias para um lazer saudável, em especial na periferia de Macapá. O planejamento paisagístico das praças de Macapá deve constar no planejamento urbano da Cidade, é possível resgatar os desenhos de praças propostos nos planos da Fundação João Pinheiro (1973) e HJ Cole (1979). Uma Cidade bem arborizada é mais confortável e agradável.

**Promover as devidas funções sociais da propriedade urbana:** Com base na função social que propriedade urbana deve desempenhar, para isso a prefeitura deve regulamentar os instrumentos do Estatuto da Cidade como IPTU progressivo no tempo, direito de preempção e usucapião, além da identificação e cadastramento de vazios urbanos existentes e induzir ao uso produtivo e coletivo destas áreas, muitas hoje sendo mantidas como terrenos baldios para especulação imobiliária.

**Museu da Memória Urbana de Macapá:** visto que grande parte das edificações históricas da Cidade de Macapá fora demolida, porém há um grande acervo fotográfico espalhado entre as famílias mais tradicionais da Cidade que contam a história da evolução urbana de Macapá a partir da década de 1950. Resgatar a memória da Cidade é valorizar a cultura e estimular o sentimento de cidadania na população.

## **4.2 Desenvolvimento social**

O eixo “Desenvolvimento Social” é o que exige as tarefas mais urgentes, uma vez que engloba as ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.

A situação atual da gestão social da Prefeitura de Macapá pode ser classificada como incompetente: há excessiva centralização das decisões administrativas e financeiras; grande parte do funcionalismo está desmotivada e mal remunerada; a rede de saúde é insuficiente, não há manutenção e estão mal localizadas; faltam profissionais de saúde e até medicamentos básicos. O ícone que bem exemplifica o descaso com a saúde de sucessivas gestões na prefeitura é o Hospital Metropolitano da Zona Norte, cabal demonstração de incompetência e falta de planejamento.

Com a educação o cenário é igualmente desolador: as escolas municipais se encontram sucateadas, falta iluminação, carteiras, quadros, equipamentos de informática e internet. Não existe um projeto de modernização dos espaços, nem ambientes pedagógicos multifuncionais, restringindo as escolas a meras salas de aula. A precariedade na estrutura permite afirmar que não existem condições de um atendimento qualificado, o que induz a índices alarmantes de evasão de alunos e professores.

Diante das inúmeras urgências e emergências, destacam-se entre os pontos a serem objetos da atuação do governo Clécio e Allan:

**Revitalização e ampliação da rede de saúde:** Como uma das primeiras medidas a serem adotadas será a destinação de recursos para reestruturar a rede de saúde pública sob a administração municipal, bem como iniciar as obras para novas Unidades Básicas, Unidades de Pronto Atendimento e imediata conclusão do Hospital Metropolitano da Zona Norte.

**Qualificação da gestão da saúde municipal:** Atualmente há diversos programas e recursos disponíveis em saúde pública municipal que não são acessados por falta de competência na gestão. É necessário urgentemente modernizar a gestão, qualificar os servidores, desenvolver técnicas e métodos de gestão; aprimorar o planejamento (particularmente o de compra de medicamentos, utensílios e materiais), além de otimizar o uso dos equipamentos e profissionais disponíveis. Estas ações, que são de melhoria na gestão, permitirão importantes avanços, manterão a rede funcionando, reduzirão a falta de medicamentos e garantirá acesso a recursos federais. As unidades de saúde do município serão conectadas por uma rede de computadores capaz de manter dados e informações atualizadas de todos os pacientes, bem como proporcionar agilidade no acompanhamento dos programas de saúde.

**Humanização do atendimento em saúde:** Todo usuário do sistema de saúde municipal acaba recebendo um tratamento aquém do que seria um padrão mínimo de dignidade. A estrutura precária, as condições de trabalho inadequadas e a baixa remuneração geram esta situação inaceitável. No governo Clécio e Allan será garantido aos usuários do sistema de saúde, não apenas a atenção médica e as condições físicas das Unidades, mas um atendimento humanizado que respeite a dignidade do cidadão.

**Ampliação do Programa “saúde em casa”:** Ampliar este programa implantado em 2012, para que profissionais de saúde façam determinados atendimentos em domicílio, desafogando a rede de saúde e garantindo ao paciente melhores condições de tratamento, por estar em ambiente familiar e em conjunto com seus familiares.

**Aperfeiçoamento do programa de saúde bucal municipal:** A existência de cáries dentárias em Macapá atinge níveis de epidemia. A saúde bucal será prioridade de governo, universalizando a educação para a escovação correta, exames e tratamentos na rede pública municipal. Dentre estas ações destacam-se: atendimento direcionado para atenção mais efetiva e dinâmica com implementação multidisciplinar de especialidades, para diminuir agendamentos longos e a ineficiência do tratamento; implantação do tratamento curativo por faixa etária e controle preventivo pós tratamento com acompanhamento epidemiológico para definir fatores causais de doença identificados em cada região tratada, protocolos montados para especificadamente e com acompanhamento semestral para avaliar modo de tratamento, prognóstico e controle; implantação do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO e o laboratório de Prótese Municipal, responsáveis por atividades como: periodontia especializada, cirurgia oral menor, endodontia e atendimento a portadores de necessidades especiais.

**Induzir a melhoria do acesso e qualidade dos serviços na Atenção Básica:** Esta diretriz tem como objetivo ampliar o impacto da atenção básica sobre as condições de saúde da população e sobre a satisfação dos seus usuários, por meio de estratégias de facilitação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços e ações da atenção básica.

**Ampliar o acesso da população ribeirinha à atenção básica por meio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e por meio de implantação de Unidade Básica Fluvial:** Este tópico tem por objetivo a facilitação do acesso à saúde da população ribeirinha que vive em área adscrita e cujo acesso se dá por meio fluvial.

**Ampliação das academias de saúde para as equipes da atenção básica:** Que se constitui como um espaço de promoção da saúde, orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis, tais como : ginástica, capoeira, dança, jogos esportivos, yoga, tai chi chuan e atividades artísticas como teatro, música, pintura e artesanato nos polos do programa.

**Implantar Equipe de Consultório na Rua:** Ampliar o acesso da população de rua à rede de atenção e ofertar, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde, por meio das equipes de consultório na Rua e serviços da atenção básica, que devem seguir os atributos desse ponto de atenção: ser porta de entrada, propiciar atenção integral e longitudinal e coordenar o cuidado da referida população *in loco*.

**Revitalização da rede de ensino municipal:** Reforma e ampliação da rede de ensino existente, buscando transformar as escolas em ambientes agradáveis e saudáveis, bem como lugares para o desenvolvimento pleno da cidadania inclusiva, com respeito aos portadores de necessidades especiais, aos que demandam educação especial, bem como serão construídos e adaptados os espaços para se adequarem aos modelos de indução à sustentabilidade ambiental (hortas na escola, reciclagem de lixo, eficiência no uso de materiais, coleta seletiva de resíduos, etc.).

**Integração escola-comunidade:** Estimular o processo de integração das escolas com a comunidade do entorno, visando uso das instalações esportivas, das áreas de convivência, e promoção de cursos técnicos e profissionalizantes nos períodos de fins de semana e de férias escolares.

**Valorização do profissional da área social:** Toda mudança na qualidade da educação, saúde e assistência social requer profissionais bem pagos, motivados e qualificados. Para tanto será necessário que seja garantido o reconhecimento e respeito a todos os profissionais das áreas sociais com: concursos públicos para suprir as atuais carências de pessoal; atendimento às demandas de planos de carreiras dos profissionais que atuam nas áreas sociais; garantia do piso salarial para os profissionais da educação; implantação de Programa de Formação Continuada para os profissionais da saúde e educação; regularização da situação trabalhista dos profissionais das estratégias de Saúde da Família.

#### **4.3 Desenvolvimento econômico**

Macapá pode e deve buscar o desenvolvimento econômico diante das potencialidades latentes no município em diversos segmentos, com destaque para o comércio, a indústria, a construção civil, o turismo e os mais variados serviços. Ocorre que o ambiente de negócios hoje é dificultado pela burocracia e pela total ausência de estímulos advindos do poder público municipal. Um bom exemplo é o fato de que Macapá, apesar de ter sido um dos primeiros

municípios no Brasil a aderir à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nunca a tirou de fato do papel, mantendo exigências e restrições que infringem a própria Lei.

Assim, dentre as principais propostas que promoverão o desenvolvimento econômico em Macapá destacam-se:

**Criação e implantação do Banco do Povo de Macapá:** Clécio Luis coordenou com êxito o Banco do Povo estadual e reúne experiência para implantar esta experiência em escala municipal, proporcionando acesso ao crédito para que empreendedores populares possam desenvolver seus pequenos negócios, gerando trabalho e renda junto à população mais carente.

**Regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa:** Estruturar uma força tarefa para regulamentar os itens da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei do Simples), bem como implantar os procedimentos técnicos e burocráticos para sua imediata aplicação.

**Apoio à Economia Solidária:** As experiências de economia solidária pelo Brasil e pelo Mundo afora já demonstram que estas iniciativas podem ser uma importante fonte de trabalho e renda, além de estímulo à economia local. Na gestão Clécio e Allan será criado o Conselho Municipal de Economia Solidária e se desenvolverão ações decididas de apoio às iniciativas de associativismo, moedas sociais, redes de empreendimentos populares e solidários, dentre outros.

**Revitalização do turismo:** O compromisso de Clécio e Allan é a consolidação das cadeias turísticas de nossa capital, que hoje já tem pontos reconhecidos em nível nacional e mundial, como por exemplo, a “esquina do Rio Amazonas com a Linha do Equador” ou a Fortaleza São José de Macapá. A Prefeitura atuará para estruturar e promover o desenvolvimento do turismo para viabilizar emprego e renda, consolidando a nossa Macapá no calendário e roteiro turístico nacional e internacional.

**Programa de Incentivos Fiscais Municipais:** Debate com as entidades de representação empresarial e sindicatos, para propor à Câmara Municipal de Macapá um projeto de incentivos fiscais para estímulo à economia municipal que contemple, dentre outros, a redução da base de cálculo do ISSQN para determinados serviços considerados estratégicos para a geração de trabalho e renda e incremento da economia local; cobrança progressiva do IPTU para imóveis de acordo com o seu valor venal e com sua utilidade produtiva; remodelação do Alvará de Funcionamento e de demais Taxas públicas para que atuem como fomentadoras de emprego e renda municipais.

**Desenvolvimento e valorização do setor primário:** Macapá possui uma imensa e diversificada produção agropecuária e extrativista, distribuída pelos Distritos como Fazendinha, região dos rios Pacuí e Pedreira, Curiaú, Bailique, Coração, Carapanatuba, dentre outros. Tal setor sempre foi menosprezado pela Administração Pública Municipal. Por este programa serão garantidas assistência técnica e investimentos na produção; apoio ao desenvolvimento de produtos locais e regionais de qualidade; apoio à participação em feiras, contatos com redes de

comercialização; diversificação dos sistemas produtivos e apoio à industrialização de produtos agrossilvopastoris.

**Qualificação do trabalhador:** Para contribuir na solução da carência de profissionais capacitados para os postos de trabalho que estão surgindo, a PMM implantará o projeto de qualificação do trabalhador de Macapá, em parceria com SENAI, SENAC, SENAT, SEBRAE, IFAP e outras instituições de formação de pessoal.

#### **4.4 Desenvolvimento da gestão**

Este eixo temático é o que abrange o desenvolvimento do gerenciamento das políticas públicas da Prefeitura Municipal, bem como o atendimento ao cidadão e o controle social dos atos e da aplicação dos recursos públicos.

Diante do quadro de sucateamento da máquina pública municipal e de total descaso com a gestão, torna-se urgente promover um imediato salto de qualidade na gestão municipal, caminhando para construir as bases estruturais, tecnológicas e de pessoal para que a Prefeitura tenha condições reais de gerir em escala tanto pontual quanto estratégica, todas as suas ações.

Tal construção é uma tarefa de “Estado” e não de “governo”, pois propiciará ver Macapá para além de um ou dois mandatos, iniciando uma construção de longo prazo da cidade que queremos. Para tanto, destacam-se as seguintes ações:

**Implantação da gestão por resultados:** Trata-se de gerir a Prefeitura de Macapá a partir de objetivos e metas mensuráveis pactuados e compartilhados com os servidores municipais e a sociedade, de tal forma que todos: prefeito, secretários, funcionários e parceiros convirjam para atingi-las. Tal modelo tem dado certo em municípios e estados que o adotaram e representa uma verdadeira revolução na gestão, pois é transparente, motivador (inclusive porque abre espaços para ganhos salariais decorrentes das metas) e promove a participação social nas decisões.

**Controle social da gestão:** Implantação de um inédito programa que visa qualificar e instrumentalizar as entidades representativas da sociedade para que adentrem na Controladoria Geral do Município e fiscalizem a aplicação dos recursos públicos, bem como o andamento das metas, das obras e dos programas. A ousadia desta proposta é dar um passo além da transparência do dinheiro público e construir um estágio superior de democracia participativa. A origem do controle social se faz num amplo processo de Orçamento Participativo, mas não se encerra neste, pelo contrário, se inicia no OP, passa pela abertura global de atos e gastos da prefeitura e conclui com a validação, pela sociedade, da gestão pública.

**Núcleo de captação e gestão de recursos transferidos:** Macapá possui elevada dependência de recursos transferidos da União e do estado. Mas acaba perdendo muitos destes valores por não possuir um núcleo de acompanhamento integrado e completo das transferências voluntárias, que são as verbas que vêm de emendas parlamentares, de projetos nacionais e estaduais específicos para tais fins. Além disso, por falta de capacidade de gestão, a PMM não

acessa amplos recursos de empréstimos disponíveis no BNDES, Caixa Econômica e outras instituições. O Núcleo de captação e gestão de recursos transferidos organizará uma oficina de projetos para garantir o acesso, destinação e execução dos valores transferidos e emprestados, bem como cuidará de manter a prefeitura adimplente para estar sempre apta para novos aportes.

**Implantação de nova Política Fiscal:** A gestão de Clécio e Allan irá implantar de fato a gestão de uma política fiscal inteligente no município de Macapá, cujo objetivo será o de ampliar a arrecadação sem promover arrocho tributário. Trata-se de repensar alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; atualizar e aprimorar o cadastro todos os imóveis de Macapá, com revisão do IPTU para promoção da justiça fiscal; racionalizar a cobrança do ITBI, dos Alvarás e demais taxas, bem como promover a regularização fundiária dos imóveis de Macapá, favorecendo a todos os munícipes.

**Implantação de “Superfáceis Municipais”:** Serão implantadas duas centrais de atendimento centralizado e facilitado em Macapá, além de ampliação de serviços disponíveis pela Internet, visando garantir maior conforto e agilidade ao cidadão que necessite de atendimento da Prefeitura.

**Modernização da Prefeitura:** A impressão que se tem ao adentrar em qualquer um dos órgãos da Prefeitura de Macapá é a de estarmos ainda no século passado. Atualmente estão disponíveis diversos programas de modernização da administração municipal, com financiamento assegurado. O governo Clécio e Allan promoverá uma ampla atualização tecnológica, além de redesenhar os processos e de qualificar dos funcionários para melhor atender à população e fazer fluir a gestão pública municipal.

**Valorização do Servidor:** Para se promover a ampla valorização do servidor municipal é compromisso de Clécio e Allan: atualizar e elaborar os planos de carreira; promover concurso público para suprir as atuais carências, em especial na saúde e educação; implantar a escola do servidor municipal para promover a qualificação do funcionalismo; aprimorar as condições de trabalho; estimular a educação continuada do servidor público, contribuindo para que estes obtenham títulos de graduação e de pós-graduação.

#### **4.5 Desenvolvimento ambiental**

O endereço privilegiado de Macapá deve ser valorizado com ações transversais que promovam o desenvolvimento ambiental do município. Este eixo temático busca estruturar uma ampla política de gestão ambiental, de que Macapá se resente há muito. Dentre as principais ações previstas nestas áreas estão:

**Urbanização e recuperação das ressacas:** Este plano já mencionado no eixo “Desenvolvimento Urbano” cumpre dois importantes objetivos: proteger os ecossistemas irrigados que existem em Macapá e que cumprem importante papel ambiental de manutenção de conforto climático, de regime hídrico e de suprimento de água; ao mesmo tempo proporcionar solução para os milhares de moradores que vivem em condições precárias nestes aglomerados urbanos subnormais.

**Reinauguração do Parque zoo-botânico:** A situação de o Parque Zoo-botânico estar fechado ao público há quase duas décadas será solucionada durante o governo Clécio e Allan, que será reinaugurado a partir de um conceito de parque ecológico, com espaços de lazer, de interação com a natureza, de contemplação dos animais e de conscientização ambiental.

**Coleta Seletiva de Lixo:** A gestão de resíduos não se resume a tão somente a sua captação e deposição em aterros sanitários. Já está mais do que na hora de Macapá implantar a coleta seletiva de resíduos, objetivando a reciclagem, a compostagem e, por que não, a própria utilização do lixo para a produção de energia. Este é um desafio a ser iniciado na próxima gestão e que deverá se tornar uma política permanente.

**Arborização de Macapá:** Macapá não é uma cidade arborizada. Apenas uma pequena parcela de seus logradouros possui algum tipo de cobertura arbórea, sendo a maioria inadequada: ou não produzem sombra suficiente, ou suas raízes danificam o calçamento e pavimentação, ou ainda prejudicam a mobilidade, ocupando área excessiva do passeio público. Propõe-se um Plano Diretor de arborização de Macapá, com espécies nativas e adequadas, com metas claras e pactuadas de locais e quantidade a serem plantadas e com gestão coletiva de manutenção e cuidado com as novas árvores.

**Gestão Ambiental Integrada:** Garantir ao município condições legais, estruturais, tecnológicas e de pessoal para gerir o meio ambiente de Macapá, mais além de cuidar apenas das praças públicas. Trata-se de pensar e mapear os mais diversos aspectos como: a poluição sonora em Macapá, o conforto climático, a deposição de resíduos de construção, gestão dos resíduos sólidos, a emissão de fumaça, a poluição da orla, a poluição visual de placas e cartazes, os impactos de vizinhança ocasionados por empreendimentos, o licenciamento de atividades poluidoras em âmbito municipal, dentre outras ações de gestão ambiental muitas vezes relegada pelo município para outros entes federativos.

**Despoluição de rios, córregos e lagos:** Todo verão a população enfrenta os riscos de doenças provocadas pela contaminação de balneários, desde a praia da Fazendinha, até o lago do Curiaú. As águas que banham a cidade e trazem vida e fartura ao povo precisam ser tratadas como patrimônio ambiental de primeira necessidade, com programas de despoluição e descontaminação de alto impacto. A gestão Clécio e Allan fará parcerias com organismos nacionais e internacionais para implantar esses programa e proteger o manancial aquático da capital.

#### **4.6 Desenvolvimento humano**

Por “Desenvolvimento Humano” concebe-se um eixo que pensa o cidadão de Macapá como pessoa que vive e habita esta cidade e que quer “comida, diversão e arte”. Trata-se de desenvolvimento integral da cultura, do desporto e do lazer; da promoção de políticas para segmentos específicos como crianças, juventude, mulheres e idosos; de cuidar e manter o patrimônio histórico e artístico da cidade; de inserir afirmativamente toda a diversidade sociocultural que compõe o rico mosaico social de nossa capital.

Serão inúmeras ações a serem implantadas neste eixo de desenvolvimento, dentre as quais podem ser citadas:

**Política cultural:** Macapá ressen-te-se de uma política cultural digna de sua história. Os poucos recursos são alocados quase exclusivamente em atividades como o Carnaval, Quadra Junina e “Macapá Verão” inviabilizando, pela ausência de planejamento, o investimento em ações estruturantes como qualificação para sustentabilidade e autonomia dos eventos citados. No governo Clécio e Allan será pactuado com os segmentos culturais uma ampla política cultural para o município que preveja: mapeamento dos segmentos culturais; fortalecimento do modelo de participação coletiva (Conselho e Conferência de cultura); criação de um sistema de indicadores culturais; adoção de políticas de editais para a cultura; fortalecimento de espaços culturais já existentes e que não são explorados pelo poder público, incentivo à formação de plateia” em escolas, nas comunidades

**Implantação do roteiro histórico:** A arquitetura original de Macapá já foi profundamente alterada tendo permanecido muito pouco em paisagem urbanística que retrate determinadas épocas de sua história. Diante disso, a prefeitura irá identificar e promover o resgate histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico de edifícios que marcam etapas de Macapá, constituindo o “roteiro histórico cultural” da cidade. Tais edificações deverão iniciar processo de tombamento e serão reconstituídas para se tornarem mais um importante polo de atração turística e cultural da capital.

**Política para a juventude:** A total ausência de políticas públicas para a juventude macapaense tem levado parcela significativa de crianças, adolescentes e jovens para situações de vulnerabilidade social. É alarmante a quantidade de jovens envolvidos com violência, banditismo, drogas, tabagismo e álcool, além de expostos a graves problemas para a idade, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. A trajetória de Clécio Luis nos movimentos sociais juvenis e sua formação de professor impõem que uma de suas prioridades será a definição de uma ampla política de promoção e afirmação da juventude de Macapá, por meio de: fortalecimento do órgão municipal de políticas para a juventude; implantação programas de qualificação profissional para a juventude; ampliação dos estágios remunerados na prefeitura; promoção de incentivos fiscais para empresas que contratem jovens; apoio e difusão do esporte juvenil; apoio a festivais culturais para a juventude, dentre outras.

#### **4.7 Desenvolvimento desconcentrado**

O eixo temático de “Desenvolvimento Desconcentrado” pretende inverter uma lógica perversa que tem segregado as áreas periféricas de Macapá ao abandono. Os Distritos do município e a área rural são os locais nos quais são maiores as dificuldades de infraestrutura básica, de postos de saúde, de escolas, de meios de transporte, de condições para escoamento da rica produção.

**Política específica para área rural e distritos de Macapá.** A proposta de Clécio e Allan é a de elaboração e implantação, pela primeira vez na história do município, de um conjunto de ações concatenadas para a zona rural e para os Distritos de Macapá que objetivem: implantar

infraestrutura básica; construir ou reformar os equipamentos sociais do município e promover política de estímulo à produção do setor primário, ao desenvolvimento do turismo e ao desenvolvimento do comércio nestas regiões.